



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FS Infraestrutura S.A.

Em 31 de março de 2024



## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	2
Balanços patrimoniais .....	5
Demonstrações de resultados .....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto .....	9
1. Contexto operacional .....	10
2. Base de preparação e apresentação .....	10
3. Moeda funcional e moeda de apresentação .....	11
4. Uso de estimativas e julgamentos .....	11
5. Base de mensuração .....	11
6. Políticas contábeis materiais .....	12
7. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas .....	18
8. Caixa e equivalentes de caixa .....	18
9. Caixa restrito .....	18
10. Contas a receber de arrendamento .....	19
11. Ativos destinados para arrendamento .....	19
12. Impostos e contribuições .....	19
13. Adiantamento a fornecedores .....	19
14. Imobilizado .....	20
15. Fornecedores .....	21
16. Empréstimos e financiamentos .....	21
17. Passivo fiscal diferido .....	24
18. Patrimônio líquido .....	25
19. Instrumentos financeiros .....	26
20. Receita líquida .....	30
21. Custo do ativo arrendado .....	30
22. Despesas gerais e administrativas .....	30
23. Despesas financeiras líquidas .....	31
24. Resultado por ação .....	31
25. Partes relacionadas .....	31
26. Demonstração do fluxo de caixa .....	32

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**FS Infraestrutura S.A.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da FS Infraestrutura S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 29 de julho de 2024.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP-044415/F



Wagner dos Santos Junior  
Contador CRC-1SP216386/O-T

## Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2024	31/03/2023
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	888	2
Caixa restrito	9	1.078	271
Contas a receber de arrendamento	10	12.341	11.364
Ativos destinados para arrendamento	11	—	6.473
Impostos a recuperar	12.a	489	1.412
Adiantamentos a fornecedores	13	—	2.675
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>14.796</b>	<b>22.197</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável ao longo prazo</b>			
Impostos a recuperar	12.a	8.708	7.379
Contas a receber de arrendamento	10	104.153	87.215
<b>Total realizável ao longo prazo</b>		<b>112.861</b>	<b>94.594</b>
Imobilizado	14	143.718	18.720
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>143.718</b>	<b>18.720</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>271.375</b>	<b>135.511</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	31/03/2024	31/03/2023
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	15	61.244	8.550
Empréstimos e financiamentos	16	94.705	2.841
Impostos e contribuições a recolher		942	10
Ordenados e salários a pagar		498	—
Dividendos a pagar		—	999
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>157.389</b>	<b>12.400</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	16	100.114	106.509
Passivo fiscal diferido	17	11.412	11.606
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>111.526</b>	<b>118.115</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>268.915</b>	<b>130.515</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	18		
Capital social		1.000	1.000
Reserva legal		250	250
Reserva de lucros		1.210	3.746
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.460</b>	<b>4.996</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>271.375</b>	<b>135.511</b>

## Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de março de 2024 e período de 18 de julho de 2022 a 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto o resultado por ações em reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Receita líquida	20	25.760	88.621
Custo do ativo arrendado	21	(23.995)	(79.004)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.765</b>	<b>9.617</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	22	(3.374)	(39)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(1.609)</b>	<b>9.578</b>
Receitas financeiras	23	15.345	4.989
Despesas financeiras	23	(19.092)	(6.999)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(3.747)</b>	<b>(2.010)</b>
<b>Resultado do exercício antes dos impostos</b>		<b>(5.356)</b>	<b>7.568</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	1.821	(2.573)
<b>Resultado do exercício</b>		<b>(3.535)</b>	<b>4.995</b>
<b>Resultado por ação ordinária – básico e diluído (em R\$)</b>	<b>24</b>	<b>(3,54)</b>	<b>5,00</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos resultados abrangentes

**Exercício findo em 31 de março de 2024 e período de 18 de julho de 2022 a 31 de março de 2023**

*(Em milhares de reais)*

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Resultado do exercício	(3.535)	4.995
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(3.535)</b>	<b>4.995</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de março de 2024 e período de 18 de julho de 2022 a 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
<b>Saldo em 18 de julho de 2022</b>	—	—	—	—	—
Aumento de capital	1.000	—	—	—	1.000
Resultado do exercício	—	4.995	—	—	4.995
Constituição de reserva legal	—	(250)	250	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	(999)	—	—	(999)
Constituição de reserva de lucros	—	(3.746)	—	3.746	—
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>1.000</b>	<b>—</b>	<b>250</b>	<b>3.746</b>	<b>4.996</b>
Resultado do exercício	—	(3.535)	—	—	(3.535)
Compensação de prejuízo	—	3.535	—	(3.535)	—
Reversão de provisão de dividendos	—	—	—	999	999
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>1.000</b>	<b>—</b>	<b>250</b>	<b>1.210</b>	<b>2.460</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de março de 2024 e período de 18 de julho de 2022 a 31 de março de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
<b>Resultado do exercício</b>		<b>(3.535)</b>	4.995
<b>Ajuste para:</b>			
Depreciação	22	1.901	—
Rendimento de aplicações financeiras e caixa restrito	23	(29)	(4.064)
Ajuste a valor presente	23	(15.189)	(925)
Provisão de juros e amortização do custo de transação	16 e 23	18.693	6.633
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(1.821)	2.573
Passivo fiscal diferido	17	1.627	9.033
Resultado na venda de ativos	14	24.610	—
<b>Variações em:</b>			
Contas a receber de arrendamento	10	(2.726)	(16.577)
Impostos a recuperar	12.a	(406)	(8.791)
Adiantamentos a fornecedores	13	2.675	(2.675)
Ativos destinados para arrendamento	11	6.473	—
Fornecedores	15	(8.380)	9.475
Impostos e contribuições a recolher		932	10
Ordenados e salários a pagar		498	—
Juros e encargos pagos sobre atividade operacional	16 e 23	(12.668)	(3.382)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>12.655</b>	<b>(3.695)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	26 e 14	(90.435)	(18.720)
Aquisição de ativos para investimentos	26	—	(88.475)
(Aplicações) Resgates de caixa restrito	9	(778)	3.793
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos</b>		<b>(91.213)</b>	<b>(103.402)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Empréstimos captados de terceiros, líquido dos custos de transação	16	79.444	106.099
Aumento de capital	18	—	1.000
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>79.444</b>	<b>107.099</b>
<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>886</b>	<b>2</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	2	—
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>8</b>	<b>888</b>	<b>2</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

A FS Infraestrutura S.A (“Companhia”), é uma sociedade anônima, constituída em 18 de julho de 2022. Está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355. 16º andar, Jardim Paulistano, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O objeto social da Companhia é a aquisição e/ou viabilização de construção de ativos de infraestrutura para posterior arrendamento. Também pode atuar em atividades de transporte ferroviário de carga, transporte dutoviário, carga e descarga, em terminais rodoviários e ferroviários, arrendamento de aeronaves e serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

A Companhia foi constituída como uma sociedade empresária limitada e, em agosto de 2022, foi aprovado a sua transformação para sociedade por ações de capital fechado.

A administração da Companhia informa que, em 31 de março de 2024, a Companhia apresentou um capital circulante líquido “CCL” negativo de R\$ 142.593. Essa situação decorreu principalmente de um aumento nas obrigações financeiras de curto prazo. A Companhia iniciou suas atividades operacionais em maio de 2023 e com base no contexto e papel estratégico que a Companhia possui para os seus Controladores, que abrange aspectos como a presença regional em um mercado relevante e o posicionamento estratégico no setor logístico, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador e da FS Indústria de Biocombustíveis Ltda. (“FS Ltda”), Empresa sob controle comum, que tem permitido, e está comprometida a continuar permitindo, a execução de seu plano de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

### Aquisição de vagões

Em outubro de 2022, a Companhia captou empréstimos de terceiros (nota explicativa 16) e realizou um contrato de aquisição de 80 vagões ferroviários no montante de R\$108.060.

Tais vagões, foram locados para a afiliada FS Indústria de Biocombustíveis Ltda. (“FS Ltda”) e são utilizados por ela para o transporte de sua produção de etanol para o centro consumidor do Estado de São Paulo, reduzindo custos logísticos e melhorando a eficiência operacional. A transação foi considerada como um arrendamento financeiro, pois (i) há um ativo identificado, (ii) a Companhia, arrendadora, transferiu substancialmente os riscos e benefícios e (iii) o contrato possui opção de compra vantajosa para o arrendatário.

## 2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Conforme descrito na nota explicativa 1, a Companhia foi constituída em 18 de julho de 2022. Dessa forma, os valores apresentados de forma comparativa nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de março de 2023, correspondem a um período de nove meses.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 29 de julho de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na nota explicativa 6.

### 3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de março de 2024 estão incluídas nas notas a seguir:

Nota explicativa 10 – Contas a receber de arrendamento;

Nota explicativa 14 – Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis.

#### Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da administração requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 19.

### 5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, (IASB), com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com base no custo histórico.

## 6. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de forma consistente durante o exercício apresentado nestas demonstrações financeiras.

### a. Receitas

#### Receita de contrato com cliente

##### *Receita de Arrendamento*

A Companhia atua no ramo de aquisição e/ou viabilização de construção de ativos de infraestrutura para posterior arrendamento. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

As receitas de arrendamento, incluindo a atualização monetária, líquidas das parcelas já recebidas, são reconhecidas em sua totalidade. O reconhecimento da atualização monetária é realizado de acordo com a evolução estabelecida no contrato de arrendamento.

### b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Rendimentos sobre aplicações financeiras;
- Juros ativos e passivos;
- Amortização ajuste ao valor presente; e
- Tarifas bancárias.

As receitas e as despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- O valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- O custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo das receitas e despesas de juros, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que representa problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

### c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base no plano de negócio da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O PIS e a COFINS diferidos ativos ou passivos são reconhecidos no circulante e não circulante conforme projeção de realização da receita, os quais são decorrentes da diferença entre o reconhecimento pelo critério societário, e o critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento.

**d. Imobilizado****(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias e são classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

**(ii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

A vida útil estimada do ativo imobilizado é a seguinte:

Descrição	Vida útil
Aeronave	7 anos

O método de depreciação, vida útil e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**e. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

As contas a receber de clientes e outros recebíveis e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

*Instrumentos Financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumento de dívida (VJORA); ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumento patrimonial (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- Mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

### *Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

#### **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

#### **Ativos financeiros a custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

#### **Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

### *Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### **(iii) Desreconhecimento**

##### *Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

##### *Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**f. Caixa e equivalentes de caixa**

Na demonstração do fluxo de caixa, o caixa e equivalentes de caixa têm vencimento imediato (limite máximo de 90 dias da data de aquisição) e fazem parte integrante da gestão operacional de caixa da Companhia.

**g. Capital social**

As ações ordinárias do capital social são classificadas como patrimônio líquido.

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como uma redução do patrimônio líquido.

**h. Dividendos**

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 20% do lucro líquido ajustado nos termos da lei para o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.

**i. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

**j. Resultado por ação – básico e diluído**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

## 7. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Abaixo as normas que entraram em vigor em 1 de abril de 2023, mas não impactaram de forma significativa as demonstrações financeiras da Companhia:

- Definição de Estimativa Contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8);
- Divulgação das Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2);
- Imposto Diferido relativo a Ativos e Passivos decorrentes de Operação Única (Alterações ao CPC 32/IAS 12); e
- Contratos de Seguros, e alterações à IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros.

As novas normas e interpretações emitidas relacionadas abaixo, entrarão em vigor após 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para a Companhia após 1º de abril de 2024.

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante e Passivo Não Circulante com *Covenants* (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- Obrigações com arrendamento em transações de *Sale and Leseback* (Alterações ao CPC 06 e IFRS 16); e
- Divulgação de Acordos de Financiamento de Fornecedores (Alterações ao CPC 03 e CPC 40, IAS7 e IFRS 7).

## 8. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2024	31/03/2023
Recursos em banco e em caixa	888	2
<b>Total</b>	<b>888</b>	<b>2</b>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos com vencimentos não superior a 90 dias, de alta liquidez e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo (não investimento).

## 9. Caixa restrito

	31/03/2024	31/03/2023
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	1.078	271
<b>Total</b>	<b>1.078</b>	<b>271</b>

O caixa restrito refere-se a aplicações financeiras vinculadas a empréstimos.

As informações sobre a exposição da Companhia aos riscos de crédito, de mercado e de mensuração do valor justo relacionados ao caixa restrito estão incluídas na nota explicativa 19.

## 10. Contas a receber de arrendamento

A Companhia possui 1 contrato de arrendamento, realizado com a FS Ltda, vide nota explicativa 1, com vigência de 10 anos. Esse contrato tem taxa de desconto de 11,96% a.a.. De acordo com os termos do contrato de arrendamento, as obrigações relacionadas estão vinculadas ao IPCA.

	31/03/2024	31/03/2023
Contas a receber de arrendamento	116.494	98.579
<b>Total</b>	<b>116.494</b>	<b>98.579</b>
Circulante	12.341	11.364
Não circulante	104.153	87.215

A composição por vencimento dos recebíveis foi a seguinte:

	31/03/2024	31/03/2023
<b>A vencer</b>		
Até 1 ano	12.341	11.364
2 a 3 anos	11.136	7.830
4 a 5 anos	11.955	8.514
6 a 7 anos	11.543	9.135
Maior que 8 anos	69.519	61.736
<b>Total</b>	<b>116.494</b>	<b>98.579</b>

## 11. Ativos destinados para arrendamento

Trata-se de uma parcela sobre a aquisição de vagões ferroviários, aguardando condições específicas.

Conforme nota explicativa 1, a Companhia realizou um contrato de locação com a FS Ltda, considerado como um arrendamento financeiro. Dessa forma, após a regularização, este montante seguirá com o mesmo tratamento dado à aquisição total dos vagões ferroviários.

Em 31 de março de 2024 não há valor de ativos destinados para arrendamento (R\$ 6.473 em 31 de março de 2023).

## 12. Impostos e contribuições

### a. Impostos a recuperar

	31/03/2024	31/03/2023
PIS e COFINS	9.115	8.708
Imposto de renda retido na fonte	82	83
<b>Total</b>	<b>9.197</b>	<b>8.791</b>
Circulante	489	1.412
Não circulante	8.708	7.379

## 13. Adiantamento a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores são relacionados ao adiamento de contrato realizado com partes relacionadas para FS Ltda., onde estão atrelados ao adiantamento para compra de vagões realizado para a FS Ltda. e posteriormente transferido o direito do adiantamento a Companhia.

Em 31 de março de 2024 não há valores de adiantamento a fornecedores (R\$ 2.675 em 31 de março de 2023).

## 14. Imobilizado

Custo de aquisição do imobilizado	18/07/2022	Adições	31/03/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2024
Aeronave	—	—	—	13.288	—	18.720	32.008
Obras em andamento <sup>(i)</sup>	—	—	—	128.628	(24.610)	9.347	113.365
Adiantamento a fornecedores	—	18.720	18.720	9.593	—	(28.067)	246
<b>Total</b>	<b>—</b>	<b>18.720</b>	<b>18.720</b>	<b>151.509</b>	<b>(24.610)</b>	<b>—</b>	<b>145.619</b>
<b>Movimentação da depreciação</b>							
Aeronave	—	—	—	(1.901)	—	—	(1.901)
<b>Total</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(1.901)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(1.901)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>—</b>	<b>18.720</b>	<b>18.720</b>	<b>149.608</b>	<b>(24.610)</b>	<b>—</b>	<b>143.718</b>

(i) Refere-se principalmente à construção de armazéns para armazenamento de milho.

### Provisão para redução ao valor recuperável

A Companhia avalia, ao final de cada exercício de divulgação, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de março de 2024.

### 15. Fornecedores

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Fornecedores de imobilizado		61.112	38
Fornecedores com partes relacionadas	25	132	8.512
<b>Total</b>		<b>61.244</b>	<b>8.550</b>

Os saldos de fornecedores referem-se aos gastos com serviços de engenharia e aquisição de máquinas e equipamentos.

### Risco Sacado / reverse factoring

A Companhia oferece aos seus fornecedores o uso de acordos de risco sacado com bancos. Estes acordos são assinados com fornecedores com o objetivo de atender interesses mútuos em termos de liquidez e capital de giro. Os passivos relacionados foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras, considerando às características da negociação comercial relacionadas aos termos de pagamento entre fornecedores e a Companhia. Esta operação é apresentada nos Balanços Patrimoniais e nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na rubrica de Fornecedores, pois a administração considera que a operação não altera a natureza do passivo.

As operações de risco sacado são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

	31/03/2024	31/03/2023
Fornecedores	5.136	—
Antecipação de fornecedores - reverse factoring	56.108	—
<b>Total</b>	<b>61.244</b>	<b>—</b>

Em 31 de março de 2024, as taxas de desconto em transações de risco sacado foram em média de CDI+2,44% a.a., com vencimento médio em 320 dias. As taxas de CDI são pré-fixadas na data da transação. Os juros são reconhecidos em despesas financeiras, conforme nota explicativa 23.

A exposição da Companhia a riscos de liquidez e mensuração de valor justo relacionados aos fornecedores estão apresentadas na nota explicativa 19.

### 16. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Taxa média a.a.	31/03/2024	31/03/2023
Empréstimos de terceiros - Para investimento	R\$	CDI + 1,59%	198.755	113.251
<b>Total Empréstimos</b>			<b>198.755</b>	<b>113.251</b>
(-) Custo de transação			(3.936)	(3.901)
<b>Total</b>			<b>194.819</b>	<b>109.350</b>
Circulante			94.705	2.841
Não circulante			100.114	106.509

A Companhia categoriza os empréstimos de acordo com a natureza da aplicação dos recursos nas operações. Os empréstimos para investimentos são aqueles cujo recurso se espera aplicar em investimentos relacionados à construção e armazéns e aquisição de vagões.

Em outubro de 2022, foi concluída a captação de R\$ 110.000 por meio da emissão de Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (“CDCA”), que servirão como lastro para emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”) a ser objeto de oferta pública por Securitizadora, com vencimento em 10 anos, por meio de instrução CVM 476 com custo de IPCA+ 7,65% a.a.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez, mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa 19.

#### a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Como consequência dessas captações, foram concedidas as seguintes garantias:

- Aval da FS Indústria de Biocombustíveis Ltda. e da FS I Indústria de Etanol S.A.;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios da sublocação e contratos de prestação de serviço; e
- Alienação fiduciária dos vagões.

Os empréstimos possuem os seguintes vencimentos:

31 de março de 2024	Valor contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos de terceiros - Para investimento	198.755	95.559	13.608	13.608	13.608	62.372
Custo de transação	(3.936)	(854)	(409)	(409)	(410)	(1.854)
<b>Total</b>	<b>194.819</b>	<b>94.705</b>	<b>13.199</b>	<b>13.199</b>	<b>13.198</b>	<b>60.518</b>

31 de março de 2023	Valor contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos de terceiros - Para investimento	113.251	3.251	6.804	13.608	13.608	75.980
Custo de transação	(3.901)	(410)	(409)	(409)	(409)	(2.264)
<b>Total</b>	<b>109.350</b>	<b>2.841</b>	<b>6.395</b>	<b>13.199</b>	<b>13.199</b>	<b>73.716</b>

#### b. Reconciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa

<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>109.350</b>
<b>Itens que afetam o fluxo de caixa</b>	<b>69.273</b>
Empréstimos captados de terceiros	80.189
Pagamento de juros	(10.171)
Custo de transação	(745)
<b>Itens que não afetam o fluxo de caixa</b>	<b>16.196</b>
Provisão de juros	15.460
Custo de transação (amortização)	736
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>194.819</b>

<b>Saldo em 18 de julho de 2022</b>	
<b>Itens que afetam o fluxo de caixa</b>	<b>102.717</b>
Empréstimos captados de terceiros	110.000
Pagamento de juros	(3.382)
Custo de transação	(3.901)
<b>Itens que não afetam o fluxo de caixa</b>	<b>6.633</b>
Provisão de juros	6.633
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	
	<b>109.350</b>

### c. Cláusulas restritivas (“covenants”)

Os principais covenants financeiros incluem condições que restringem a incorrência de determinadas operações financeiras, caso o índice financeiro de dívida líquida em relação ao EBITDA seja superior a 3,0x. A periodicidade da verificação deste índice é trimestral, com base nas demonstrações contábeis combinadas das empresas FS Indústria de Biocombustíveis Ltda, FS Indústria de Etanol S.A. e FS Comercialização de Etanol Ltda dos últimos 12 meses.

No exercício findo em 31 de março de 2024 a Companhia apurou índice financeiro de dívida líquida em relação ao EBITDA superior a 3,0x, logo, passa a ter restrições para realizar determinadas operações, mas não resulta em default e nem acelera o vencimento de seus empréstimos. Entre as principais restrições, destacam-se a obtenção de determinados tipos de empréstimos e a distribuição de lucros.

## 17. Passivo fiscal diferido

### a. PIS, COFINS, imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>						
Provisões de bônus	89	—	—	—	89	—
Custos de transação dos empréstimos	—	—	(1.330)	—	(1.330)	—
Arrendamento Financeiro	—	29.932	(6.259)	(33.516)	(2.675)	(3.584)
Base negativa/prejuízo fiscal	6.748	1.011	—	—	5.737	1.011
<b>Subtotal</b>	<b>6.837</b>	<b>30.943</b>	<b>(7.589)</b>	<b>(33.516)</b>	<b>1.821</b>	<b>(2.573)</b>
<b>PIS e COFINS diferidos</b>						
Arrendamento Financeiro	—	—	(10.660)	(9.033)	(1.627)	(9.033)
<b>Subtotal</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(10.660)</b>	<b>(9.033)</b>	<b>(1.627)</b>	<b>(9.033)</b>
Compensação (*)	(6.837)	(30.943)	6.837	30.943	—	—
<b>Total</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(11.412)</b>	<b>(11.606)</b>	<b>194</b>	<b>(11.606)</b>

(\*) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, pois, estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

## b. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social

	31/03/2024	31/03/2023
<b>Reconciliação da taxa efetiva</b>		
Resultado do exercício antes dos impostos	(5.356)	7.568
Alíquota nominal	34,0 %	34,0 %
<b>Despesa com imposto a alíquota nominal</b>	<b>1.821</b>	<b>(2.573)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.821</b>	<b>(2.573)</b>
<b>Reconciliação com os valores apresentados do resultado do exercício</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.821	(2.573)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.821</b>	<b>(2.573)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>1.821</b>	<b>(2.573)</b>
Alíquota efetiva	34,0 %	34,0 %

## 18. Patrimônio líquido

### Capital

O capital social da Companhia, em 31 de março de 2024 e em 31 de março de 2023, era de R\$ 1.000 dividido em 1.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Companhia é controlada pela SBR FIP, SUMMIT Brazil.

Acionistas	% de participação	Capital subscrito e integralizado
SBR FIP	70,5 %	705
Outros	29,5 %	295
<b>Total</b>	<b>100,0 %</b>	<b>1.000</b>

### Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital.

### Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 20% do lucro, a serem pagos aos acionistas. Quando devidos, os lucros distribuídos a pagar são reclassificados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

## 19. Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

	Nota	Custo amortizado		Total		Valor Justo Nível 2	
		31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	8	888	2	888	2	—	—
Caixa restrito	9	1.078	271	1.078	271	—	—
Contas a receber de arrendamento	10	116.494	98.579	116.494	98.579	—	—
<b>Total</b>		<b>118.460</b>	<b>98.852</b>	<b>118.460</b>	<b>98.852</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>							
Fornecedores	15	61.244	8.550	61.244	8.550	—	—
Empréstimos e financiamentos (*)	16	198.755	113.251	198.755	113.251	198.755	113.251
<b>Total</b>		<b>259.999</b>	<b>121.801</b>	<b>259.999</b>	<b>121.801</b>	<b>198.755</b>	<b>113.251</b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

## **b. Mensuração do valor justo**

O valor justo de ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento pode ser trocado em uma transação corrente entre partes que desejam negociar e não em uma venda ou liquidação forçada. Os métodos e premissas utilizados para estimar o valor justo estão descritos a seguir:

O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos financeiros, contas a pagar e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu valor contábil devido ao seu vencimento no curto prazo. O valor justo de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo do contas a receber refere-se à operação de arrendamento, detalhado na nota explicativa 1.

O valor justo dos empréstimos se aproxima em sua maioria dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxa de juros observáveis (conforme nota explicativa 16).

O valor justo dos instrumentos financeiros passivos da Companhia se aproxima do valor contábil, uma vez que estão sujeitos a taxas de juros variáveis e não houve alteração significativa no risco de crédito da Companhia.

### **Hierarquia do valor justo**

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar os valores justos dos instrumentos financeiros de acordo com a técnica de avaliação utilizada:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo que não sejam baseados em dados observáveis de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas para o exercício findo em 31 de março de 2024.

## **c. Gerenciamento de risco financeiro**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez e
- Risco de mercado.

### *(i) Estrutura do gerenciamento de risco*

A administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

### Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros, representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito na data deste relatório é de:

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	888	2
Caixa restrito	9	1.078	271
Contas a receber de arrendamento	10	116.494	98.579
<b>Total</b>		<b>118.460</b>	<b>98.852</b>

#### Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações. O Caixa e equivalentes são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- a AAA, e equivalentes, baseado na agência de rating de referência.

A Companhia usou uma abordagem semelhante à metodologia de mensuração de perdas de crédito esperadas (ECL) na avaliação da perda de crédito esperada em caixa e equivalentes de caixa.

#### Contas a receber

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade de a Companhia não receber valores das operações de vendas. Para mitigar este risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação financeira e patrimonial dos seus clientes.

### Risco de liquidez

O departamento financeiro monitora continuamente as necessidades de liquidez da Companhia para garantir que haja caixa suficiente para cumprir suas obrigações de curto prazo.

O excesso de caixa está aplicado em títulos privados, certificados de depósito bancário (“CDBs”) e operações compromissadas, indexadas à variação do CDI, com alta liquidez.

#### Exposição ao risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Fornecedores	15	61.244	8.550
Empréstimos e financiamentos (*)	16	198.755	113.251
<b>Total</b>		<b>259.999</b>	<b>121.801</b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

31 de março de 2024	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos e financiamentos (*)	198.755	337.740	46.069	78.169	28.038	29.288	156.176
Fornecedores	61.244	64.754	64.754	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>259.999</b>	<b>402.494</b>	<b>110.823</b>	<b>78.169</b>	<b>28.038</b>	<b>29.288</b>	<b>156.176</b>

31 de março de 2023	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos e financiamentos (*)	113.251	168.728	8.537	12.216	16.084	17.003	114.888
Fornecedores	8.550	8.550	8.550	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>121.801</b>	<b>177.278</b>	<b>17.087</b>	<b>12.216</b>	<b>16.084</b>	<b>17.003</b>	<b>114.888</b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

### Risco de mercado

A administração monitora as taxas de juros com o objetivo de mitigar riscos que impactem negativamente os resultados da Companhia.

#### Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a variação na taxa de juros em suas aplicações financeiras e empréstimos indexados ao CDI e IPCA.

Na data-base destas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia é:

Ativos e passivos financeiros	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Caixa restrito	9	1.078	271
Empréstimos e financiamentos (*)	16	(198.755)	(113.251)
<b>Total</b>		<b>(197.677)</b>	<b>(112.980)</b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

#### Análise de sensibilidade - risco de taxa de juros em ativos e passivos financeiros

Com base na taxa do CDI em vigor em 31 de março de 2024, foi definido um cenário provável (nível 1) para calcular o resultado de juros para o exercício, assumindo que todas as outras variáveis são mantidas constantes e, com base nisso, variações de 25% (nível 2) e 50% (nível 3) são calculados, conforme detalhado abaixo:

Ativos e passivos financeiros	Exposição em 31/03/2024	Risco	Cenário provável		Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
			(Nível 1)		(Nível 2)	(Nível 3)	(Nível 2)	(Nível 3)
			%	Valor	25%	50%	25%	50%
Caixa restrito	1.078	CDI	10.65	1.193	1.491	1.790	895	597
Empréstimos e financiamentos (*)	(198.755)	CDI	10.65	(219.922)	(274.903)	(329.883)	(164.942)	(109.961)
<b>Total</b>	<b>(197.677)</b>			<b>(218.729)</b>	<b>(273.412)</b>	<b>(328.093)</b>	<b>(164.047)</b>	<b>(109.364)</b>
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>					<b>(54.683)</b>	<b>(109.364)</b>	<b>54.682</b>	<b>109.365</b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Fonte: a informação CDI foi extraída da base da CETIP, na data-base do último dia útil de março de 2024.

## 20. Receita líquida

	31/03/2024	31/03/2023
<b>Mercado interno</b>		
Receita com arrendamento	25.760	88.621
<b>Total do mercado interno</b>	<b>25.760</b>	<b>88.621</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>25.760</b>	<b>88.621</b>

	31/03/2024	31/03/2023
<b>Receita bruta</b>	<b>30.028</b>	<b>97.654</b>
Impostos sobre vendas	(4.268)	(9.033)
<b>Receita Líquida</b>	<b>25.760</b>	<b>88.621</b>

## 21. Custo do ativo arrendado

Os custos do ativo arrendado no exercício são alocados de acordo com a transferência do bem ao arrendatário pelo valor de custo da aquisição do bem:

	31/03/2024	31/03/2023
Custo na baixa de alienação de bens e direitos	(23.995)	(79.004)
<b>Total</b>	<b>(23.995)</b>	<b>(79.004)</b>

## 22. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas incorridas no exercício de apuração encontram-se divididas da seguinte maneira:

	31/03/2024	31/03/2023
Despesas com pessoal	(520)	(3)
Despesas com depreciação e amortização	(1.901)	—
Despesas com viagem	(816)	(31)
Despesas com impostos e taxas	(4)	—
Outras receitas (despesas) operacionais	(133)	(5)
<b>Total</b>	<b>(3.374)</b>	<b>(39)</b>

## 23. Despesas financeiras líquidas

	31/03/2024	31/03/2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento sobre aplicação financeira	29	4.064
Descontos obtidos	127	—
Ajuste a valor presente - clientes	15.189	925
<b>Total</b>	<b>15.345</b>	<b>4.989</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros passivos sobre empréstimos com terceiros	(15.460)	(6.633)
Juros passivos sobre operações de risco sacado	(2.497)	—
Tarifas bancárias	(964)	(349)
Outras despesas financeiras	(171)	(17)
<b>Total</b>	<b>(19.092)</b>	<b>(6.999)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(3.747)</b>	<b>(2.010)</b>

## 24. Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o resultado do exercício com os valores utilizados para calcular o resultado líquido básico e diluído por ação.

	31/03/2024	31/03/2023
Resultado do exercício (a)	(3.535)	4.995
Quantidade média de ações em milhares (b)	1.000	1.000
<b>Resultado por ação básico e diluído (reais) (a) / (b)</b>	<b>(3,54)</b>	<b>5,00</b>

O resultado por ação diluído é calculado ajustando o lucro líquido e a média ponderada do número de ações durante o exercício, levando em consideração os efeitos de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumento patrimonial ou acordos contratuais que são conversíveis em ações).

O resultado por ação básico e diluído são idênticos, pois a Companhia não possui ações potenciais em emissão.

## 25. Partes relacionadas

### a. Remuneração do pessoal chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de março de 2024, não foram auferidos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, assistência médica, moradia, entre outros).

### b. Saldos de transações com partes relacionadas

A Companhia mantém saldos com partes relacionadas referentes a adiantamentos para aquisição de ativos e arrendamentos realizados com a FS Ltda.

	Nota	Coligada	
		31/03/2024	31/03/2023
Contas a receber de arrendamento	10	116.494	98.579
Adiantamento a fornecedores	13	—	2.675
Fornecedores	15	(132)	(8.512)
<b>Total</b>		<b>116.362</b>	<b>92.742</b>

### c. Transações de vendas com partes relacionadas

Com o objetivo proporcionar melhoria da eficiência operacional para transportar etanol para o centro consumidor do Estado de São Paulo, a Companhia firmou contrato de arrendamento com a FS Industria de Etanol Ltda. arrendando o total de 80 vagões em um contrato de 10 anos.

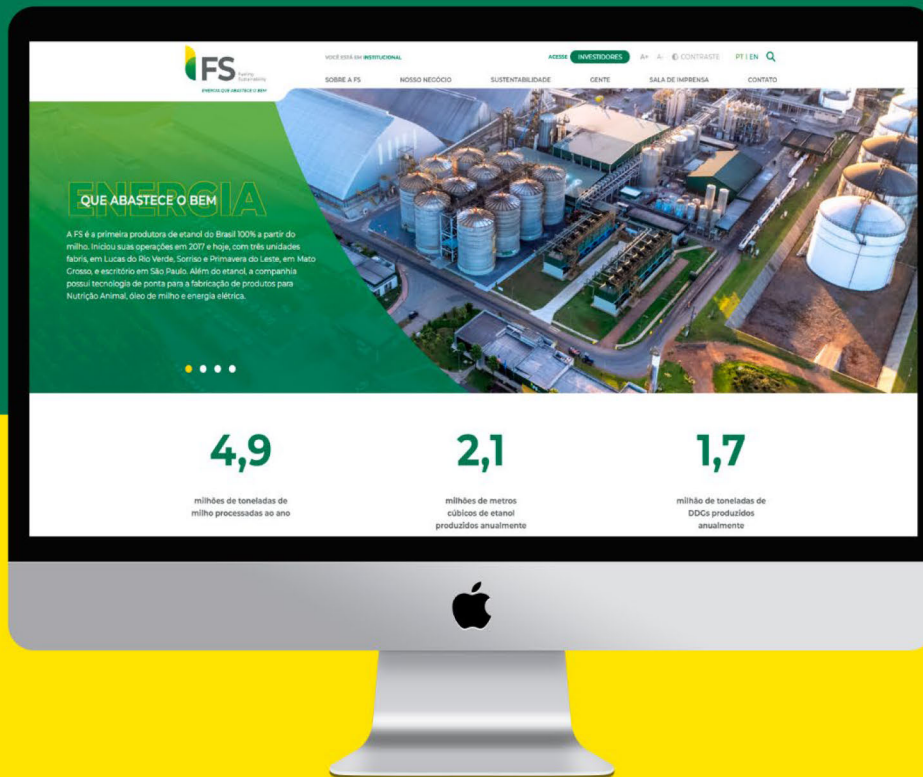
A receita com arrendamento proveniente desta operação está abaixo, assim como o *cost sharing*:

	Nota	Coligada	
		31/03/2024	31/03/2023
Receita com arrendamento	20	25.760	88.621
Cost sharing		764	—
<b>Total</b>		<b>26.524</b>	<b>88.621</b>

## 26. Demonstração do fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de março de 2024, foram adquiridos ativos para investimentos, conforme segue:

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Imobilizado	14	151.509	94.146
Fornecedores	15	(61.074)	(5.671)
<b>Aquisição líquida de imobilizados</b>		<b>90.435</b>	<b>88.475</b>



**fsfuelingsustainability**

**FS – Lucas do Rio Verde (MT)**

Estrada A-01, a 900 m do km 7 da Av. das Indústrias, s/n - Distrito Industrial  
Senador Atilio Fontana - CEP 78455-000 |Caixa Postal 297

**FS – Sorriso (MT)**

BR-163, km 768 / CEP 78890-000

**FS - Primavera do Leste**

Rodovia MT 130, S/N, km 25, Zona Rural / CEP 78850-000

**FS | Escritório SP**

Av. Brg. Faria Lima, 1355 – 16o and. Edifício Condomínio Faria Lima, Jardim  
Paulistano, São Paulo – SP, CEP 01452-002